

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE COMPRA

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº**  
**...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A**  
**EMPRESA .....**

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 13.534/2021** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 034/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é para futura e eventual **Contratação de empresa ou instituição credenciada como instaladora e conservadora junto ao CBMERJ para confecção, elaboração de Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico**, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3. Discriminação do objeto:**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
1						



2						
...						

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de ..... (mês) meses , com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza de despesa, fonte de recurso e programa de trabalho conforme especificados a seguir:

<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.39.72
<b>Fonte de Recurso:</b>	0001
<b>Programa de Trabalho:</b>	18.001.13.392.01112.110

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

5.1. O pagamento será efetuado, em parcela única, após a entrega da documentação obrigatória determinada neste Termo de referência e do aceite definitivo do serviço pela contratante.

**5.2.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência e seguindo a tramitação interna estipulada.

**5.3.** A nota fiscal de serviço deverá ser emitida em nome do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, Endereço: Avenida Alberto Braune, nº 225, Centro, Nova Friburgo.

**5.4.** A nota fiscal de serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da conta corrente para que possibilite o contratante efetuar o pagamento do valor devido.

**5.5.** Na ocorrência de rejeição da nota fiscal motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**5.6.** A empresa deverá apresentar as certidões listadas abaixo dentro da validade:

**5.6.1.** - Negativa de Débitos Trabalhistas;

**5.6.2.** - Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

**5.6.3.** - FGTS;

**5.6.4.** - PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

**5.6.5.** - Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

**5.6.6.** - Estadual CND – referente ao ICMS.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

**6.1.** Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SEU RECEBIMENTO E VISTORIA**

**8.1.** O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

corrigidos/refeitos/substituídos imediatamente pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**8.2.** O serviço será recebido definitivamente após o término da execução do mesmo e após a comprovação da prestação do serviço executado, de sua qualidade e apresentação da documentação solicitada neste Termo de Referência, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do 05 (cinco) dias úteis após a entrega do produto final à Secretaria Municipal de Cultura de Nova Friburgo, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.4. A liquidação da despesa será feita após a realização do serviço mediante relatório da comissão fiscalizadora do serviço.

8.5. A prestação do serviço se dará no AnfiTeatro situado na Rua Salusse nº 615, centro, Nova Friburgo/RJ.

8.6. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 11 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (22) 2521-1558.

8.7. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.8. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## **9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

**9.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**9.3.** Ficam eleitos os servidores Carolina Beurmann de Silveira, matrícula nº 062149 na função de gestora do contrato, Nilberto Oliveira Herdy, matrícula 200.0187 na função de fiscal, Cristina Paula de Lima Cardoso, matrícula 100586 na função de substituta do gestor e Jakeline de Aparecida Serafim da Silva Medeiros, matrícula 207753 na função de substituta do fiscal do contrato para serem os representantes da Contratante para o acompanhamento e controle da execução do serviço e do contrato.

**9.4.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**9.5.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.6.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.7.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.8.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

### **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.2.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.2.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.1.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

10.2.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.2.1.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.2.1.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

10.2.1.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.2.1.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.2.1.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas



internas da Administração;

10.2.1.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.2.1.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.2.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.2.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2.1.17.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento





equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.4. Fraudar na execução do contrato;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Cometer fraude fiscal;

11.1.7. Não mantiver a proposta.

**11.2.** - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, sem prejuízo das perdas e danos e multas cabíveis, nos termos da Lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8666/93, bem como, no que couber, as seguintes sanções:

**11.2.1.** Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de término do serviço, sobre o valor da nota de empenho, respeitando os limites de lei civil;

**11.2.2.** Multa administrativa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza seja contratual ou legal;

**11.3.** As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo rescinda, unilateralmente, o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis;

**11.4.** As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos

2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8666/93;

**11.5.** A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

**11.6.** A licitante que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10520/02, ser impedida de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXIGÊNCIAS PARA A PRESTAÇÃO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

12.1.1. A empresa contratada/vencedora da licitação deverá:

12.1.2. Ser credenciada como instaladora e conservadora junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ;

12.1.3. Observar a legislação pertinente, quais sejam: ABNT, CBMERJ, COSCIP, Legislação civil e penal, entre outras, quando da prestação do serviço, sendo certo que qualquer violação as mesmas será de inteira responsabilidade da empresa contratada/vencedora da licitação, não recaindo qualquer ônus a Administração Pública;

12.1.4. A empresa contratada/vencedora da licitação deverá apresentar, ao final, documento que comprove a aprovação do serviço executado, por engenheiro credenciado criador do projeto, que será responsável junto a citada por eventuais acidentes/danos posteriores à Administração Pública e a terceiros, sendo isenta a Administração Pública de qualquer responsabilidade administrativa, civil ou penal

futura;

12.1.5. Será necessária demonstração de regularidade junto ao Conselho de classe (CREA ou CAU) da empresa e de seus responsáveis técnicos, bem como apresentar a relação nominal de cada profissional e a comprovação de sua qualificação;

12.1.6. Os projetos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com as resoluções específicas de seus respectivos Conselhos (CREA ou CAU);

12.1.7. A empresa contratada/vencedora da licitação deverá fornecer todo o material necessário a elaboração do projeto solicitado atentando-se para a qualidade do material fornecido que deverá atender toda e qualquer exigência do CBMERJ e deverão estar normatizados de acordo com a ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS;

12.1.8. A empresa contratada/vencedora da licitação deverá entregar a Secretaria Municipal de Cultura, quando do término de serviço, o Projeto básico (com todo o solicitado no item 05), cópia autenticada do Projeto Executivo (com todo o solicitado no item 06) e o projeto final devidamente aprovado pelo Corpo de Bombeiro Militar e nos órgãos competentes, com o laudo de exigências original, incluindo o pagamento das taxas dos mesmos com a devida comprovação documental.

12.1.9. O material descrito acima deverá ser entregue em mídia digital e analógica. A parte digital deverá estar integralmente contida em um CD ou DVD, com arquivos de desenho em formato DWG, MAX e PDF, as imagens em JPG e as planilhas em XLS e PDF. Já no que se refere ao material analógico, todos os desenhos (expressos em escala adequada) deverão estar plotados em papel sulfite (1 via), de dimensões que permitam suas perfeitas compreensões e manuseios. Os textos e planilhas serão impressos, em uma via, em papel sulfite ou similar, no formato A4.

12.1.10. O projeto em questão deverá estar rigorosamente de acordo com as leis e normas que os regulam, não havendo, portanto, desconformidades legais nas

esferas de licenciamento de âmbito municipal, estadual e federal.

12.1.11. Deverá, ainda, apresentar o laudo de exigências original, bem como todo o conjunto de documento exigidos no item 01. Todo custo referente a taxas, tarifas, impostos e documentação necessárias farão parte do serviço e serão fornecidos/custeados pela empresa contratada/vencedora da licitação;

12.1.12. A empresa será responsável pela reunião de documentos, entrada do processo junto ao órgão do CBMERJ, protocolo, acompanhamento da tramitação do processo para a emissão do laudo solicitado, apresentação e entrega do mesmo (original) e da cópia a Secretaria Municipal de Cultura, além das demais documentações listadas no item 01;

12.1.13. O complexo de edificações, em todos os seus ambientes, internos e externos, não poderá possuir obstáculos à livre mobilidade de portadores de necessidades especiais;

12.1.14. Será de inteira responsabilidade da empresa contratada para elaboração do projeto a aprovação junto ao CBMERJ e alterações necessárias do projeto contratado nos diversos órgãos competentes, de fiscalização e controle, e demais entidades que as solicitem, até a aprovação e legalização definitiva dos mesmos;

12.1.15. A aprovação e legalização dos projetos não eximirão seus autores das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinente às suas atividades profissionais;

12.1.16. Após a aprovação e a legalização dos projetos nos órgãos competentes, os referidos projetos não mais poderão ser alterados substancialmente. Caso haja modificações, no decurso da obra, em decorrência da não observância das normas e legislações vigentes, no caso da não compatibilidade do projeto com a realidade, a empresa contratada deverá providenciar a legalização das modificações nos órgãos competentes sem ônus, de novos documentos impressos e mobilização para a contratante.

12.1.17. A empresa contratada e os respectivos profissionais responsáveis pelo projeto deverão ficar ciente de que os mesmos serão solicitados a qualquer momento pela contratante e/ou pelas futuras empresas contratadas para execução das obras, a prestar esclarecimentos e dizimar as dúvidas que por ventura apareçam sobre os projetos e especificações.

12.1.18. Os projetos de instalações em geral deverão ter como objetivo básico a compatibilização entre estes e o arquitetônico. Deverão sempre ser levados em conta os aspectos estéticos e funcionais, visando à facilidade de manutenção, segurança e controle de acessos, para portadores de deficiências e mobilidade reduzida e controle do sistema como um todo.

12.1.19. A contratada deverá apresentar Registro das Responsabilidades Técnicas dos serviços realizados, dos Conselhos Regionais correlatos.

12.1.20. A empresa contratada/vencedora da licitação deverá executar os serviços utilizando-se de funcionários próprios;

12.1.21. Será de inteira responsabilidade da empresa contratada/vencedora da licitação em arcar com todas as obrigações legais tais como: custos, valores, salários, FGTS, contribuição previdenciária, encargos trabalhistas, benefícios e outros quaisquer relacionados ao pessoal empregado na prestação dos serviços, sendo certo que nenhuma obrigação se estenderá a responsabilidade da Administração Pública;

12.1.22. A alimentação, transportes de materiais e funcionários, encargos e custos extras com funcionários serão de inteira responsabilidade da empresa contratada/vencedora da licitação;

12.1.23. A empresa contratada/vencedora da licitação deverá executar os serviços de forma a não causar nenhum tipo de acidente, atuando preventivamente;

12.1.24. A empresa contratada/vencedora da licitação poderá, em dias e horários estipulados pela Secretaria Municipal de Cultura e em conveniência desta, fazer a

visitação ao local da execução dos serviços;

12.1.25. A empresa contratada/vencedora da licitação deverá arcar com todos os custos de transporte e entrega, caso haja necessidade, não cabendo nenhum custo adicional ao Município.

#### **12.2. Do serviço relacionado**

12.2.1. Deverá ser vencedora/contratada a empresa que apresentar o menor preço global;

12.2.2. Todo serviço deverá ser cumprido dentro das especificações e qualidades determinados no termo de referência. Qualquer substituição deverá ser autorizada por escrito pelo Secretário Municipal de Cultura. Não serão aceitos modificações sem autorização previa como especificado;

12.2.3. A empresa contratada/vencedora da licitação estará ciente que deverá estar em quite com a documentação da empresa e funcionamento junto aos órgãos competentes bem como da segurança dos equipamentos utilizados;

12.2.4. A forma de execução do serviço deverá ser observada e cumprida de forma a não causar acidentes e criar prejuízos que envolvam a Administração Pública ou terceiros. Qualquer violação ensejará culpa exclusiva da empresa contratada/vencedora da licitação.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO**

**13.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

**13.2.** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão:

13.2.1. Atraso injustificado na entrega do objeto;

13.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro



---

próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde;

13.2.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.



#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES**

**14.1.** É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não é permitida a subcontratação.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS.**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**





**19.1.** É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-